



Ibraim Rocha
Girolamo Domenico Treccani
José Heder Benatti
Lilian Mendes Haber
Rogério Arthur Friza Chaves

**MANUAL DE
DIREITO AGRÁRIO
CONSTITUCIONAL**
Lições de Direito Agroambiental

4ª edição revista, ampliada e atualizada

O livro *Manual de direito agrário constitucional* apresenta-se como uma obra que aborda todos os temas do direito agrário brasileiro a partir e sob o enfoque da função social da propriedade e dos ditames do direito ambiental, irmãos gêmeos sem os quais o exercício do trabalho e produção no meio rural não se qualifica como exercício legítimo da posse agrária, que é o fundamento do direito de propriedade.

Área específica
DIREITO AGRÁRIO.

Áreas afins
DIREITO AMBIENTAL, DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITOS HUMANOS.

Palavras-chave
DIREITO AGRÁRIO; DIREITO AGROAMBIENTAL;
POSSE AGRÁRIA.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 2483

M294 Manual de direito agrário constitucional: lições de direito agroambiental. 4. ed. / Ibraim Rocha, Girolamo Domenico Treccani, José Heder Benatti, Lilian Mendes Haber, Rogério Arthur Friza Chaves. -- 4. ed. -- Belo Horizonte: Fórum, 2023.
596 p. 17x24cm

ISBN 978-65-5518-605-5

1. Direito agrário. 2. Direito agroambiental. 3. Posse agrária. I. Rocha, Ibraim. II. Treccani, Girolamo Domenico. III. Benatti, José Heder. IV. Haber, Lilian Mendes. V. Chaves, Rogério Arthur Friza. VI. Título.

CDD: 342.1247

CDU: 349.6

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROCHA, Ibraim; TRECCANI, Girolamo Domenico; BENATTI, José Heder; HABER, Lilian Mendes; CHAVES, Rogério Arthur Friza. *Manual de direito agrário constitucional: lições de direito agroambiental*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 596 p. ISBN 978-65-5518-605-5.

Ibraim Rocha

Procurador do Estado do Pará. Doutor em Direito (UFPA).

Girolamo Domenico Treccani

Professor de Direito Agroambiental da Graduação e Pós-Graduação da UFPA. Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental (UFPA).

José Heder Benatti

Professor de Direito Agroambiental da Graduação e Pós-Graduação da UFPA. Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Pesquisador do CNPq.

Lilian Mendes Haber

Procuradora do Estado do Pará. Mestre em Direito Internacional e Comparado do Meio Ambiente (Universidade de Limoges – França).

Rogério Arthur Friza Chaves

Procurador do Estado do Pará.

APRESENTAÇÃO.....	19
-------------------	----

PARTE I
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO AGRÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	23
--------------------------------	----

CAPÍTULO 2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS.....	25
---	----

CAPÍTULO 3 DENOMINAÇÃO: AGRÁRIO X RURAL X FUNDIÁRIO	29
--	----

CAPÍTULO 4 DEFINIÇÃO, OBJETO, NATUREZA JURÍDICA E CONTEÚDO	31
---	----

CAPÍTULO 5 AUTONOMIA DO DIREITO AGRÁRIO	35
5.1 Autonomia científica e didática	36
5.2 Autonomia legislativa e jurisprudencial	39
5.3 Autonomia administrativa	44

CAPÍTULO 6 RELAÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO E OUTRAS CIÊNCIAS.....	47
--	----

CAPÍTULO 7 FONTES.....	53
---------------------------	----

CAPÍTULO 8 PRINCÍPIOS GERAIS.....	55
--------------------------------------	----

PARTE II
AS POSSES

CAPÍTULO 1 AS POSSES NO DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO	63
1.1 Aspectos histórico-políticos da ocupação das terras no Brasil	63
1.2 Legislação portuguesa – Carta de Sesmaria	65
1.3 Implantação do sistema sesmarial no Brasil.....	66
1.3.1 Cláusulas contratuais	66
1.4 Regime de posse.....	67
1.5 Regime da Lei de Terras.....	68
1.6 Estrutura agrária na República.....	71
1.7 Estatuto da Terra.....	72

CAPÍTULO 2	
SIGNIFICADO JURÍDICO DA POSSE E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO DE PROPRIEDADE.....	75
2.1 Etimologia da posse e posse agrária	88
CAPÍTULO 3	
POSSE AGROECOLÓGICA	93
3.1 Conceito de populações tradicionais e posse agroecológica	94
CAPÍTULO 4	
POSSES ÉTNICAS.....	103
4.1 Posse indígena.....	103
4.1.1 Natureza da posse indígena.....	103
4.1.2 Natureza jurídica da autorização do Congresso Nacional e oitiva das comunidades indígenas	105
4.1.3 Terras indígenas e julgamento da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol – Pet nº 3.388-STF.....	116
4.1.4 Natureza jurídica do indigenato e RE nº 1.017.365 – Repercussão Geral	125
4.1.4.1 Revisitando a teoria de João Mendes Junior sobre o indigenato	126
4.1.4.2 Análise crítica da doutrina desabonadora do marco temporal	131
4.1.4.3 Reposicionando o dissenso interpretativo do marco temporal	135
4.2 A interpretação da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o direito de propriedade das comunidades indígenas – caso Povo Indígena Xucuru e seus Membros <i>vs</i> Brasil.....	143
4.3 Posse quilombola	147
4.3.1 Conceito de remanescentes de quilombos	148
4.3.2 Compreensão do processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos – Significado e alcance	148
4.3.2.1 Breve análise de direito comparado nos estados brasileiros e norma federal do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos.....	148
4.3.2.2 Sobre o significado do autorreconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e interpretação jurídica	167
4.3.3 Regime da posse quilombola e unidades de conservação.....	173

PARTE III
 PROPRIEDADE RURAL E O SEU REGIME JURÍDICO

CAPÍTULO 1	
ESTRUTURA DA TERRA BRASILEIRA. CONCEITO. CARACTERÍSTICAS. IDENTIFICAÇÃO.....	181
1.1 As terras públicas no ordenamento brasileiro.....	181
1.1.1 Destinação das terras públicas.....	182
1.1.2 Classificação das terras públicas	183
1.1.3 As terras devolutas	184
1.1.3.1 As terras devolutas e sua dominialidade	186
1.1.4 Terreno de marinha	188
1.1.4.1 Os terrenos acrescidos de marinha	190
1.1.5 Os terrenos marginais	190
1.1.6 Terras na faixa de fronteira.....	191
1.1.7 Várzea – Natureza jurídica e dominialidade.....	193
1.1.8 Ilhas e sua dominialidade.....	196
CAPÍTULO 2	
FORMAS DE ACESSO À PROPRIEDADE RURAL	201
2.1 Legitimação e regularização de posse	201
2.1.1 Distinção entre legitimação de posse e regularização de posse.....	202

2.1.2	Regularização fundiária na Amazônia Legal e demais regiões – Lei Federal nº 11.952, de 25.6.2009 – com alterações da Lei nº 13.465/2017	203
2.1.2.1	Imóveis passíveis de regularização.....	207
2.1.2.2	Requisitos objetivos e subjetivos	209
2.1.2.3	Formas de titulação das ocupações.....	211
2.1.2.4	Aplicação da Lei Federal nº 11.952/09 pelos estados e municípios da Amazônia Legal, além de outras regiões	217
2.1.3	Limitações constitucionais da regularização fundiária.....	218
2.2	Colonização	219
2.3	Assentamento.....	220
CAPÍTULO 3		
DISCRIMINATÓRIA		223
3.1	Introdução.....	223
3.2	Discriminatória administrativa.....	226
3.3	Discriminatória judicial	229
CAPÍTULO 4		
ARRECADAÇÃO SUMÁRIA		231
CAPÍTULO 5		
DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL		233
CAPÍTULO 6		
USUCAPIÃO AGRÁRIO		237
6.1	Antecedentes históricos e definições	237
6.1.1	Antecedentes históricos	237
6.1.2	Definição	240
6.2	Evolução legislativa e modalidades.....	241
6.3	Tipos fundamentais de usucapião	242
6.4	Exigências legais para ter direito à usucapião especial (denominada usucapião agrária ou <i>pro labore</i>).....	244
6.5	Objetivos	245
6.6	Ação judicial – Lei nº 6.969, de 10.12.1981.....	245
6.7	Não podem ser objeto de usucapião.....	248
6.8	Usucapião extrajudicial.....	251
6.9	Usucapião coletiva de imóvel rural.....	259
6.9.1	Conceito.....	262
6.9.2	Estatuto da Cidade, interesses tutelados e meio rural	262
6.9.3	Modalidades dos interesses metaindividuais no direito brasileiro e usucapião coletiva.....	264
6.9.4	Modalidades de interesses metaindividuais e ação de usucapião especial coletivo – Lei nº 10.257/01 – Elementos para sua adequada compreensão	264
6.9.5	Condições da ação	265
6.9.5.1	Interesse processual ou interesse de agir	266
6.9.5.2	Legitimidade <i>ad causam</i>	267
6.9.5.3	Legitimidade restrita da ação de usucapião coletiva e legitimidade concorrente e disjuntiva de outros instrumentos de ação coletiva.....	270
6.9.6	Aspectos materiais para resolução do conflito.....	270
6.9.7	Aspectos procedimentais da usucapião coletiva e formação da relação jurídica processual.....	274
6.9.8	Competência.....	276
6.9.9	Execução.....	277
6.10	Notas conclusivas sobre usucapião coletiva	278

CAPÍTULO 7	
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR PARTE DE ESTRANGEIROS	283
7.1 Estrangeiros	284
7.2 Modos de aquisição	284
7.2.1 Pessoa física	285
7.2.2 Pessoas jurídicas.....	286
7.3 Vedações legais para aquisição de propriedades por parte de estrangeiros	287

PARTE IV
LIMITAÇÕES AMBIENTAIS AO DIREITO DE PROPRIEDADE

CAPÍTULO 1	
ESTRUTURA DA PROPRIEDADE AGROAMBIENTAL E SEU REGIME JURÍDICO...	291
1.1 A função social e ecológica da propriedade privada rural como um direito fundamental e constitucional.....	293
1.2 A propriedade rural como elemento configurador dos mandamentos constitucionais.....	295
CAPÍTULO 2	
FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	299
CAPÍTULO 3	
NATUREZA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE E DOS BENS AMBIENTAIS.....	303
CAPÍTULO 4	
DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS AMBIENTAIS.....	311
CAPÍTULO 5	
TOMBAMENTO	313
CAPÍTULO 6	
RESERVA LEGAL (RL).....	315
6.1 Imóvel rural e a reserva legal (RL)	315
6.2 Utilização	319
6.3 Localização.....	320
6.4 Registro da reserva legal junto ao cadastro ambiental rural	320
6.5 Percentuais de propriedade e problemas de localização	320
6.6 Recomposição de reserva legal	321
6.7 Compensação de reserva legal.....	321
6.8 Possibilidade de compensação de reserva legal em terras públicas	322
6.9 Áreas de preservação permanente	324
CAPÍTULO 7	
ÁREA DE USO INTENSIVO.....	329
7.1 Imóvel rural e área de uso intensivo (AUI).....	329
CAPÍTULO 8	
SERVIDÕES	331
8.1 Servidão de trânsito.....	331
8.2 Servidão florestal e servidão ambiental	331
8.3 Servidão minerária e servidão civil.....	332
8.3.1 Indenização prévia das servidões minerárias	332
8.4 Jurisprudência relacionada	334
8.4.1 Servidão minerária e civil – Institutos diferentes.....	334
8.4.2 Outros tipos de servidões incidentes sobre a propriedade – servidão administrativa de modo geral.....	334

CAPÍTULO 9	
LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA (LAP) E TERRAS RESERVADAS	337
9.1 Origem e natureza jurídica do instituto da limitação administrativa provisória e sua distinção das terras reservadas.....	337
9.2 Procedimentos para instituição da limitação administrativa provisória e terras reservadas	339

CAPÍTULO 10	
DOMÍNIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POSSE AGROECOLÓGICA.....	341
10.1 Modalidades de unidade de conservação.....	346
10.2 Criação de unidade de conservação e populações tradicionais.....	351
10.2.1 Natureza jurídica do domínio das unidades de conservação e instrumento de regularização fundiária para as comunidades tradicionais.....	351

PARTE V POLÍTICA AGRÍCOLA

CAPÍTULO 1	
POLÍTICA AGRÍCOLA.....	357
1.1 Crédito rural.....	360
1.2 Cadastro rural	362
1.3 Imposto Territorial Rural (ITR).....	363
1.3.1 Finalidades.....	363
1.3.2 Fato gerador, base de cálculo e alíquota.....	364
1.3.2.1 Fato gerador.....	364
1.3.2.2 Base de cálculo	366
1.3.2.3 Alíquota.....	366
1.3.3 Imunidades e isenções	367

PARTE VI REFORMA AGRÁRIA

CAPÍTULO 1	
REFORMA AGRÁRIA.....	371
1.1 Conceito.....	371

CAPÍTULO 2	
DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA	379
2.1 Conceito e objetivos.....	380
2.2 Bens objeto da desapropriação para fins de reforma agrária.....	380
2.3 Fase administrativa do processo de desapropriação.....	383
2.3.1 Vistoria	383
2.3.1.1 Vistoria e características do Manual de Obtenção de Terras do Incra	383
2.3.2 Pagamento das TDAs.....	388
2.3.3 Condições do imóvel, pagamento da terra pelo beneficiário da reforma agrária, e outros aspectos dos assentamentos e seu desmembramento	389
2.4 Desapropriação judicial por interesse social para fins de reforma agrária	392
2.4.1 Decreto	393
2.4.2 Requisitos e características da ação judicial.....	394
2.4.2.1 Petição inicial e citação.....	394
2.4.2.2 Contestação.....	396
2.4.3 Procedimentos da instrução e julgamento	397
2.4.4 Recursos e execução	397
2.5 A justa indenização na ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária	400

2.6	Avaliação das terras – Correta metodologia – Impossibilidade de se avaliar bens naturais como um valor próprio independentemente da intervenção humana.....	400
2.6.1	Exclusão de espécies arbóreas e terras sem efetivo uso – Meras potencialidades não geram direitos a lucros cessantes.....	400
2.6.2	Exclusão de indenização de áreas cujo legislador define como fora do uso econômico – Espécies arbóreas declaradas imunes de corte – art. 45, inc. III, da Lei nº 9.985/2000 c/c regras da Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal – Sobre as áreas de preservação permanente e reserva legal	402
2.6.3	Impossibilidade de indenização de lucros cessantes ou compensatórios de áreas sem efetivo uso econômico – Não se indenizam meras potencialidades – Somente o trabalho gera riqueza e direitos indenizáveis	406
2.7	Cálculo da indenização e incidência de juros compensatórios e de mora – Consequências do julgamento de mérito da ADI nº 2.332/DF.....	408
2.8	Domínio e indenização	417
2.9	Notas conclusivas sobre a indenização	418
2.10	Distinções entre o pedido de decretação judicial de perda da propriedade pelo não cumprimento da função social, previsto no art. 1.228, §4º, do CC, e usucapião coletiva.....	419
2.10.1	Elementos de distinção dos institutos jurídicos	421
2.10.1.1	Forma de apresentação do pedido	421
2.10.1.2	Forma de uso do imóvel	422
2.10.1.3	Da forma de manifestação da posse.....	424
2.11	Pedido de decretação judicial de perda da propriedade e intervenção do Poder Público	425
2.11.1	Pagamento da indenização e Poder Público.....	429
2.11.2	Notas conclusivas	431

CAPÍTULO 3

DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS ATRAVÉS DE PEDIDO ADMINISTRATIVO	433	
3.1	Grilagem como apropriação indevida de terras públicas.....	433
3.2	Regime jurídico da atividade notarial e de registro e possibilidade de declaração administrativa de nulidade de registros imobiliários	437
3.3	Declaração de nulidade de registros públicos pelas corregedorias dos tribunais de justiça – Constitucionalidade.....	440
3.3.1	Ainda a suposta violação do contraditório e da ampla defesa – Possibilidade de cancelamento administrativo de registros imobiliários nulos.....	449
3.4	Interpretação fixada pelo STF no RE nº 842.846 – Tema 777 de Repercussão Geral – natureza jurídica da responsabilidade do estado decorrente de ato notarial e atividade correicional.....	455

PARTE VII CONTRATOS AGRÁRIOS

CAPÍTULO 1	CONTRATOS AGRÁRIOS.....	463
------------	-------------------------	-----

CAPÍTULO 2	DISTINÇÃO ENTRE CONTRATOS AGRÁRIOS E CONTRATO DE TRABALHO DE EMPREGADO RURAL	465
------------	--	-----

CAPÍTULO 3	CONTRATOS AGRÁRIOS – CONCEITO.....	467
3.1	Princípios gerais.....	469
3.1.1	Autonomia da vontade	469
3.1.2	Supremacia do interesse público.....	469
3.1.3	Obrigatoriedade.....	470
3.1.4	Boa-fé.....	470

CAPÍTULO 4	
TIPOS DE CONTRATO AGRÁRIO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	471
4.1 Tipos de contratos agrários	471
4.2 Características gerais dos contratos agrários.....	471
4.2.1 Partes que intervêm nos contratos.....	471
4.2.2 Informalidade.....	472
4.2.3 Onerosidade	474
4.2.4 Sucessividade	474
4.2.5 Comutatividade	474
4.2.6 <i>Intuitu personae</i>	474
4.3 Cláusulas obrigatórias de todos os contratos agrários (art. 13 do Decreto nº 59.566/66).....	474
4.3.1 Cláusulas de indenização das benfeitorias	476
4.3.2 Cláusulas que asseguram a proteção social e econômica do trabalhador rural (Dec. nº 59.566/66 e art. 13, V, da Lei nº 4.947/66)	476
4.3.3 Extinção do contrato agrário	477
4.3.4 Inaplicabilidade das regras protetivas dos contratos agrários.....	480

CAPÍTULO 5

ARRENDAMENTO.....	481
5.1 Definição	481
5.2 Características	481
5.3 Modalidades de arrendamento.....	483
5.3.1 Subarrendamento	483
5.4 Prorrogação do contrato e direito de preferência do arrendatário.....	483
5.5 Obrigações das partes do contrato de arrendamento.....	485

CAPÍTULO 6

PARCERIA RURAL	487
6.1 Visão histórica	487
6.2 Conceito de parceria rural.....	487
6.3 Distinção entre a parceria rural e arrendamento	488
6.4 Partes e objeto da parceria rural	489
6.5 Formas e prazo na parceria rural	489
6.6 Partilha dos rendimentos da parceria rural	489
6.7 Falsa parceria rural.....	490

CAPÍTULO 7

OUTROS TIPOS DE CONTRATO UTILIZADOS NO MEIO RURAL	493
7.1 Contrato de empreitada.....	493
7.2 Contrato de comodato.....	493
7.3 Contrato de usufruto.....	493
7.4 Contrato de pastagem ou invernagem	493
7.5 Pastoreio.....	494

PARTE VIII

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	497
------------------	-----

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DO CÓDIGO FLORESTAL SOBRE A EXPLORAÇÃO FLORESTAL	499
---	-----

CAPÍTULO 3

LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS – NORMA GERAL PARA OS CONTRATOS E CONCESSÕES FLORESTAIS.....	503
3.1 Princípios do Código Florestal e da Lei de Gestão de Florestas Públicas	505
3.2 Conceitos da Lei de Gestão de Florestas Públicas e a sua aplicação à exploração florestal.....	508
3.2.1 Conceitos dos objetos da gestão florestal.....	509
3.2.2 Conceitos operacionais da gestão florestal	510
3.2.3 Conceitos administrativos da gestão florestal.....	512
3.2.4 Conceitos políticos da gestão florestal.....	515
3.3 Dos modelos de pactuação para a gestão de florestas públicas e privadas	517
3.3.1 Gestão direta pelo Poder Público e particulares de florestas para a produção.	519
3.3.2 Gestão mediante a destinação às comunidades locais	519
3.3.3 Gestão mediante concessões florestais	524
CONCLUSÕES GERAIS	531
REFERÊNCIAS.....	533

ANEXOS

ANEXO A – Direito Agroambiental na Constituição Federal.....	547
ANEXO B – Questões de Concursos	549
ANEXO C – Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.....	583